



VIGILANTES SERÃO AFETADOS

Bloqueio de Bolsonaro nas federais impactará mais pobres, alimentação e empregos terceirizados

Orçamentos haviam caído pela metade desde Temer e novo corte pode inviabilizar instituições

Nara Lacerda
Brasil de Fato | São Paulo (SP)



Contingenciamento do Ministério da Educação é superior a R\$ 1 bilhão - Marcelo Camargo /Agência Brasil

O contingenciamento (bloqueio temporário até que o governo decida se o corte será ou não definitivo) de verbas para as universidades federais vai causar impactos em todas as instituições do Brasil e pode inviabilizar o funcionamento de muitas delas. Em coletiva de imprensa concedida nesta quinta-feira (6), o presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Ricardo Fonseca, alertou que a situação é “preocupante e dramática”.

Segundo ele, mesmo antes do anúncio do bloqueio, já havia instituições que enfrentavam

a possibilidade de colapso financeiro, devido a cortes e queda no orçamento destinado pelo governo federal ao longo dos últimos anos. O contingenciamento imposto agora pelo governo de Jair Bolsonaro acentua as dificuldades, que podem se generalizar.

“O que posso dizer agora com convicção é que, depois desse contingenciamento, as consequências vão ser gerais para todo o sistema. Uma série de projetos importantes e estratégicos podem ser afetados. Um exemplo, existe um conjunto de universidades que estão desenvolvendo a vacina contra a covid-19. Evidentemente que, com a inviabilização orçamentária, é difícil imaginar que esse projetos não serão afetados.”

O contingenciamento pode causar impactos também nos programas destinados a estudantes de baixa renda e nos projetos de extensão, que reúnem ações que beneficiam diretamente as comunidades externas às universidades. Os riscos mais imediatos passam por mudanças nas políticas dos restaurantes universitários, nas aulas em campo e na contratação de terceirizados, por exemplo.

“Despesas de luz, água, manutenção, contratos de limpeza e VIGILÂNCIA e assim por diante. Isso traz um iminente risco de deixar muitas pessoas vulneráveis, sobretudo para

estudantes de baixa renda, eventualmente sem algum auxílio. Traz um perigo iminente de que muitos trabalhadores terceirizados - em um momento em que o desemprego é alto e que existe uma carência econômica muito grande - possaM, efetivamente, perder seus empregos. Porque os gestores não terão onde cortar se não em vários dos contratos terceirizados.”

Na conversa com os jornalistas, Fonseca ressaltou que o orçamento das universidades federais caiu pela metade entre 2016 e 2020. A verba para 2022, aprovada no final do ano passado, era superior à aplicada no ano anterior, que sofreu as consequências da pandemia do coronavírus. No entanto, ficou abaixo do que era praticado antes da emergência sanitária e sofreu cortes de mais de 7% no primeiro semestre.

Entidades reagem

A notícia causou repercussão entre organizações de defesa da educação. A União Nacional dos Estudantes (UNE) convocou uma série de mobilizações para os próximos dias nas universidades e marcou manifestação nacional para o próximo dia 18.

“O governo Bolsonaro confiscou o orçamento do Ministério da Educação, fazendo com que milhares de universidades e institutos federais pelo Brasil corram o risco de fechar as portas. Não podemos aceitar mais esse ataque ao nosso futuro”, afirma publicação nas redes sociais da UNE.

Andressa Pellanda, coordenadora geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação resalta que as instituições já estão esgotadas por cortes e orçamento insuficiente nos últimos anos.

“No projeto de lei orçamentária de 2023, nós já temos também uma proposta reducionista dos recursos para a educação, muito aquém do piso mínimo emergencial. Isso tem causado retrocessos graves no direito à educação no Brasil e essa notícia de mais confiscos, depois de uma série de outros cortes para as universidades e institutos federais, tem gerado um processo de redução tão drástica dos recursos, que sequer elas poderão sobreviver até o final de 2022. Depois de termos tido filas

do osso, como disse a Andifes, o governo corta o osso da própria educação”, declarou ela ao Brasil de Fato.

As entidades que compõem a Iniciativa para a Ciência no Parlamento (ICTP.Br), entre elas a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), também demonstram preocupação com o contingenciamento.

A medida foi classificada pela organização como mais uma ação do governo federal “que segue na linha da destruição das instituições produtoras do conhecimento brasileiro e desenvolvimento científico e tecnológico.”

O outro lado

O ministro da Educação, Victor Godoy Veiga, afirmou em entrevista coletiva que o contingenciamento tem data para acabar e que os valores serão liberados em dezembro. Mas para a Andifes não há garantias de que o processo vai ser revertido e a decisão chega em um momento que pode prejudicar o fechamento das contas anuais das e paralisar serviços já contratados.

Godoy Veiga acusou universidades de fazerem uso político do assunto e negou que exista risco de paralisação de atividades, “Lamento ver algumas instituições que têm utilizado isso de maneira política”.

O presidente da Andifes rebateu as afirmações do ministro.

“Nós temos um respeito muito grande pelo ministro Victor Godoy. De longe, é o ministro que trata com o mais respeito, consideração e atenção os reitores dentro desse governo. Se ele está entendendo que política significa uma política de funcionamento das universidades e estabelecimento de uma política institucional, nesse sentido todos nós, por ofício, devemos fazer essa política. Nós devemos estar preocupados com o bom funcionamento das universidades. Essa política nós fazemos. Se ele se refere à política partidária, respeitadamente, tenho que discordar. O timing desse decreto aconteceu entre o período eleitoral, mas isso não se deve às instituições. Nós estamos fazendo o que faríamos em qualquer período.”

Edição: Rodrigo Durão Coelho

FONTE: BRASIL DE FATO

Bancada trabalhista cresce: CUT elege senadora e vai de oito para 14 deputados

A CUT elegeu a primeira senadora de Pernambuco, Teresa Leitão (PT), além de deputados federais e estaduais



“Nossos representantes farão parte das bancadas alinhadas com os trabalhadores”

CUT aumentou o número de representantes na Câmara dos Deputados nestas eleições, passando de oito para 14 parlamentares. Outros nove candidatos a receberam boa votação e foram escolhidos como suplentes. A central também elegeu a primeira senadora da história de Pernambuco, Teresa Leitão (PT), ex-presidenta do Sindicato dos Trabalhadores em Educação daquele estado (Sintepe-PE).

A presença da CUT nas Assembleias foi igualmente significativa e teve um dos idealizadores e fundadores da RBA, o bancário Luiz Cláudio Marcolino (PT), eleito deputado estadual em São Paulo. Marcolino é economista e foi presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região de 2004 a 2010. Ele se elege para a Assembleia paulista pela segunda vez. Seu primeiro mandato foi de 2011 a 2014.

“Nossos representantes farão parte das bancadas alinhadas com os trabalhadores. Eles é que defenderão nossas pautas no Congresso Nacional, nas Assembleias estaduais, espaços que fazem parte da organização da classe trabalhadora”, afirma o secretário de Administração e Finanças da CUT, Ariovaldo de Camargo, em nota.

Os eleitos

No Distrito Federal, o professor Gabriel Magno Pereira Cruz (PT) foi eleito deputado distrital. Mineiro radicado em Brasília, tem experiência política que começou ainda no Diretório Central Estudantil (DCE) da Universidade de Brasília (UnB), onde cursou Física. Ele é atuante no PT e no Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro/DF). Atualmente, também ocupa cargo de direção na Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), filiada à CUT.

O ex-presidente da CUT Ceará Assiz Diniz também foi eleito como deputado estadual. Diniz é historiador e bacharel em Direito, e também foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Estado do Ceará e da Federação dos Metalúrgicos do Norte/Nordeste.

Em Goiás, a presidenta da CUT no estado, Bia Lima (PT), foi eleita para a Assembleia com votação expressiva. Ela é pedagoga e servidora pública estadual. Ainda em Goiás, o ex-diretor do Sindsaúde do estado e ex-presidenta da CUT-GO Mauro Rubem de Menezes Jonas (PT) garantiu sua cadeira de deputado estadual.

Em São Paulo, além de Marcolino, foi eleito Luiz Marinho, ex-presidente da CUT Brasil, ex-prefeito de São Bernardo, ex-ministro do Trabalho e da Previdência e presidente estadual do PT, para deputado federal.

Reeleitos

No Ceará, Moisés Braz (PT), líder sindicalista rural, foi reeleito deputado estadual. Ele presidiu a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares do Estado e o Sindicato de Trabalhadores Rurais.

Em Brasília, dois deputados foram reeleitos para a Câmara. Érika Kokay (PT), ex-presidenta do Sindicato dos Bancários do DF e ex-presidenta da CUT-DF, e Chico Vigilante (PT), ex-presidente do Sindicato dos Vigilantes, da CUT-DF, e dirigente da **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES – CNTV**.

Em Minas Gerais, a ex-presidenta da CUT no estado Beatriz Cerqueira (PT) foi reeleita para a Assembleia. Bia é pedagoga e bacharel em direito, professora por 22 anos, coordenou o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG). Ainda no estado, o professor Roberto Cupolillo (PT), o Betão, ex-presidente do Sinpro-MG, foi reeleito deputado estadual. Ele já foi vereador na Câmara Municipal de Juiz de Fora por três mandatos consecutivos.

Os pernambucanos reelegeram o ex-presidente da CUT-PE Carlos Veras (PT) como deputado federal. Veras começou a sua trajetória como presidente da Associação Rural de Poço de Dantas com apenas 18 anos. Chegou à presidência da CUT estadual em 2012.

Em São Paulo, dois deputados estaduais ligados à CUT foram reeleitos. Maria Isabel Noronha (Bebel, do PT), presidenta do Sindicato

dos Trabalhadores no Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), e Teonílio Monteiro da Costa, o Barba, ex-trabalhador da Voks e da Ford, ex-integrante da Federação Estadual dos Metalúrgicos (FEM-CUT) e ex-representante no Comitê Sindical da Ford.

Ainda foram eleitos suplentes no Pará, Ceará, Alagoas, Bahia, Mato Grosso, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins.

Quem foi eleito suplente

A secretária-geral da CUT Nacional, a trabalhadora rural Carmen Foro, foi eleita suplente da bancada do PT no Pará para atuar na Câmara dos Deputados, caso necessário.

A professora Maria das Graças Costa, Secretária de Organização e Política Sindical da CUT Nacional foi eleita suplente a deputada federal pelo Ceará.

Candidatos a deputado estadual, em Alagoas, a secretaria de Políticas Sociais e Direitos Humanos, Elida Rachel Miranda de Souza, e Luiz Gomes da Rocha, Secretário Executivo, ambos da CUT estadual, se elegeram suplentes pela bancada do PT para a Assembleia Legislativa.

Na Bahia, o Diretor-Executivo da CUT-BA, Valdemir Medeiros da Silva, foi eleito suplente pela bancada do PT à Assembleia Legislativa.

No Mato Grosso, o da CUT estadual, Henrique Lopes do Nascimento, será suplente pela bancada do PT.

Em Santa Catarina, foram eleitos três suplentes para deputado estadual: Dirceu Dresch, ex-coordenador geral da Federação dos Trabalhadores da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar na Região Sul (Fetraf-Sul); Rodolfo de Ramos, presidente do Sindicato dos Metalúrgico de Joinville, Rodolfo de Ramos; e Rodrigo Preis, da direção do Sindicato de Trabalhadores na Agricultura Familiar (Sintraf/Alfredo Vagner).

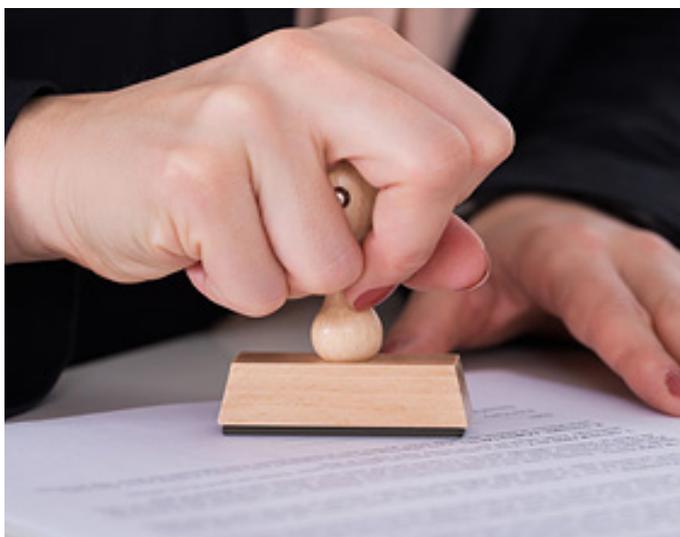
Em São Paulo, Inez Paz (Psol) foi eleita suplente deputado estadual. Inês é professora e dirigente da Apeoesp.

No Tocantins, o presidente da CUT no estado, José Roque Rodrigues Santiago (PT), foi eleito suplente pela bancada do partido.

Fonte: CUT / RBA

TRT-1 desconsidera personalidade jurídica de sindicato em ação trabalhista

Se uma entidade sindical pode celebrar contrato de trabalho, sendo considerada como empregadora nos termos do art. 2º da CLT, não pode se esquivar das obrigações decorrentes de tal responsabilidade. Prevalece a teoria do risco da atividade econômica, segundo a qual o empregador assume tal risco, não podendo transferi-la ao empregado



Trabalhadora atuou por 13 anos como secretária em sindicato

Esse foi o entendimento do juízo da 5ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região para acatar pedido de desconsideração de personalidade jurídica contra o Sindicato dos Rodoviários do Rio de Janeiro.

A decisão foi provocada por reclamação trabalhista ajuizada por uma ex-funcionária da entidade que trabalhou durante 13 anos como secretária e, após ser demitida, não foi indenizada. O processo transitou em julgado, com procedência dos pedidos da trabalhadora em primeira e segunda instância. O sindicato, contudo, não pagou a indenização devida.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Por conta disso, a ex-funcionária pediu a execução forçada, sendo que o meio utilizado foi a instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica. O argumento foi julgado improcedente em primeira instância, mas, em sede recursal, a decisão foi revertida por unanimidade dos votos no TRT-1.

“A hipótese do autos trata de situação excepcional, pautada em evidente abuso de direito por parte dos dirigentes sindicais, cujo papel, é justamente o de proteger os trabalhadores em face da classe patronal, não de podendo admitir que, justamente esses dirigentes, sejam os responsáveis por deixar de observar a legislação trabalhista que, por força constitucional, têm o dever de promover e proteger”, escreveu o relator da matéria, desembargador Enoque Ribeiro dos Santos.

O advogado Felipe Pires Queiroz, do escritório Pires Queiroz e Martins Advogados, que representou a trabalhadora, explica que, se confirmada a decisão de desconsideração da personalidade jurídica no TST, a empregada poderá atingir o patrimônio pessoal dos dirigentes sindicais para satisfazer os créditos trabalhistas alcançados por meio da ação trabalhista.

FONTE: Revista Consultor Jurídico - Rafa Santos

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF